



**DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA COM JUSTIFICATIVA
(SERVIÇOS)**

Ministério Público do Estado do Acre	
Setor Requisitante: Coordenação do GAECO	
Responsável pela Demanda: Dr. Bernardo Fiterman Albano	
E-mail: balbano@mpac.mp.br	Telefone: (68) 3212-2020
1. Objeto	
Custeio de curso <i>Online</i> : “Curso Do zero ao Extra”, para servidores lotados no GAECO.	
2. Justificativa da necessidade da contratação, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.	
O Curso “<i>Online</i>”: “Do zero ao Extra” voltado para prática jurídica justifica-se em razão das atividades desempenhadas pelas servidoras indicadas, responsáveis pelo acompanhamento de todos os procedimentos extrajudiciais do GAECO e da 15ª Promotoria Criminal, sendo um curso de extrema importância para maior resolutividade da atuação do Ministério Público. Da Necessidade: A presente solicitação é fundamentada na necessidade de capacitar, atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos aos servidores. É o primeiro e mais completo curso de prática jurídica da atividade extrajudicial do Ministério Público voltado a membros, assessores jurídicos, servidores, estagiários, estudantes de direito e advogados públicos. É um processo organizado de ensino focado na teoria e prática jurídica aplicada a caso reais, desenvolvendo o protagonismo de seus alunos nas instituições jurídicas em que atuam. A entidade promotora do evento demonstra possuir vasta experiência na área, bem como, corpo técnico dedicado à prestação de serviços técnicos especializados, com enfoque na prática jurídica da atividade extrajudicial tendo como premissa a eficiência dos resultados e a ética em todos os procedimentos. Desta forma, não restam dúvidas que o evento vem ao encontro dos interesses deste Órgão Ministerial, o que aliado ao fato de ser realizado presencialmente, atende ao interesse público necessário para sua contratação.	



A SJuris Online nasce de uma crescente necessidade de utilizar o Direito como verdadeiro instrumento social de eficaz solução de conflito, oferecendo aos profissionais do Direito que atuam – ou querem atuar – nas principais instituições jurídicas do País, mecanismos legais e práticos para se tornarem efetivos e resolutivos na prestação do serviço público.

Surge do indispensável apoio prático jurídico continuado aos mais diversos profissionais que buscam ingressar ou se manter no serviço público, coo assessores jurídicos e estagiários de Juízes, Desembargadores, de Promotores e de procuradores de justiça, os quais, por não serem submetidos a concurso público, não detém estabilidade.

O apoio se faz indispensável também aos próprios profissionais de carreira jurídica (“concursados”), como servidores, Juízes e Promotores de Justiça, com a oferta de cursos e materiais especializados, otimizando sua atuação, garantindo-lhes mais resultados com o menor esforço possível.

Professores com larga experiência em cada área oferecerão todo o seu conhecimento – adquirido por anos de atuação -, aliado ao método de ensino singular, trazendo atualizada teoria jurídica “focal” e sua aplicação sobre fatos reais, transformando os seus alunos em únicos e indispensáveis na instituição jurídica em que trabalham ou trabalharão.

O Coordenador Jurídico do SJURIS ONLINE, o professor Sinobilino Pinheiro, é especialista em Ciências Criminais, Direito Processual Civil e pós-graduando em Direito Digital, Proteção de Dados e Ciber segurança. Ao longo de 15 anos de atividade ministerial, acumula ampla experiência na atividade extrajudicial na defesa do Direitos Coletivos, e nas áreas criminais e eleitorais. Foi membro do Grupo de Atuação Especial de Combate à Organização Criminosa (GAECO/MPPI), Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCRIM/PI), Coordenador do Centro de Apoio Operacional à Defesa do Patrimônio Público (CACOP/MPPI), Coordenador do Grupo de Apoio aos Promotores Eleitorais (GAPE/MPPI) e Coordenador da Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Piauí.

Sua destacada atuação na atividade extrajudicial do Ministério Público foi reconhecida e resultou em Moção de louvor pelo trabalho na atividade extrajudicial – Conselho Superior do Ministério Público do Piauí (2010); Colar do Mérito Conselheiro Jesualdo Cavalcanti – Tribunal de Contas do Piauí (2019); Moção de louvor pelo desenvolvimento da Plataforma BID (Busca Integrada de Dados) – Conselho Superior do Ministério Público do Piauí (2019); e Insígnia do Mérito do Ministério Público do Piauí – Procurador de Justiça Darcy Fontenelle de Araújo – Ministério Público do Piauí (2021).

É palestrante nas áreas de segurança pública, repressão ao crime organizado, prevenção e combate à corrupção, defesa do patrimônio público e direito eleitoral, dentre elas: Investigação Direta pelo Ministério Público: o Procedimento Investigatório Criminal (PIC); A Participação da Polícia Militar nos atos de investigação criminal; O



Acordo de Não-Persecução Penal: vigência e aplicação; A Fiscalização Eleitoral pelo Ministério Público Eleitoral; O Procedimento Extrajudicial Eletrônico no âmbito do Ministério Público, Resolutividade e Uniformização da Atividade Extrajudicial do Ministério Público do Piauí no Combate à Corrupção; e Procedimentos Extrajudiciais Cíveis de Defesa do Patrimônio Público: condução investigativa e gestão (extra) processual – Aspectos práticos.

O curso é oferecido em 3 (três) módulos, que serão distribuídos da seguinte forma:

O que é o SJuris OnLine?

O que é Do Zero ao Extra?

Quem é Sinobilino Pinheiro?

Suporte

MÓDULO 01 – A FORTALEZA

BLOCO 01 – O MINISTÉRIO PÚBLICO POR DENTRO!

- Ministério Público: natureza jurídica e espécies;
- Principais órgãos administrativos e de execução do Ministério Público para a atividade extrajudicial;
- O Ministério Público Extrajudicial na Constituição e na Legislação;
- O “poder” normativo do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e sua importância na atividade extrajudicial da Instituição;
- O Conselho Superior do Ministério Público: órgão normativo e de controle da atividade extrajudicial.

BLOCO 02 – NOSSA MISSÃO! FUNDAMENTOS PRÁTICOS DO DIREITO COLETIVO MATERIAL E PROCESSUAL

- Saiba diferenciar: Direito Público, Direito Privado e Direito Coletivo (sentido amplo);
- Como identificar os interesses Difusos, Coletivos (em sentido estrito) e individual homogêneo, na prática!
- Principais normas do processo coletivo brasileiro;
- (AO VIVO) – O interesse individual indisponível e a legitimidade extraordinária do Ministério Público.



MÓDULO 2 – O CAMPO: OS PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BLOCO 01 – NOTÍCIA DE FATO (NF)

- Estudo da Resolução 174, do CNMP: conceitos e prazos;
- Da instauração ao arquivamento/indeferimento da NF;
- Minutando um despacho inicial de NF;
- Caso prático 01: analisando prestação de contas do Tribunal de Contas (PARTE 01);
- Caso prático 02: analisando prestação de contas do Tribunal de Contas (PARTE 02);
- (AO VIVO) - Caso prático 03: representação de opositor político pela prática de improbidade administrativa e/ou dano ao patrimônio público. Como recebe-la?
- Estudo da Resolução 174, do CNMP: conceitos, espécies e prazos Da instauração ao arquivamento do PA. Dicas práticas!;
- Caso prático 01: representação do Conselho Tutelar;
- Caso prático 02: defesa dos interesses na saúde pública;
- (AO VIVO) Minutando: despacho de arquivamento de PA;
- (AO VIVO) - Caso prático 03: representação de opositor político pela prática de improbidade administrativa e/ou dano ao patrimônio público. Como recebe-la?

BLOCO 02 – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (PA)

- Estudo da Resolução 174, do CNMP: conceitos, espécies e prazos;
- Da instauração ao arquivamento do PA. Dicas práticas!;
- Caso prático 01: representação do Conselho Tutelar;
- Caso prático 02: defesa dos interesses na saúde pública.
- (AO VIVO) Minutando: despacho de arquivamento de PA.

BLOCO 03 – PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (PPICP)

- Estudo da Resolução 23, do CNMP: conceitos, fluxos e prazos;



- Minutando: portaria de instauração do PPICP. Quando devo instaurar um PPICP e quais requisitos?;

BLOCO 04 – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (ICP)

- Estudo da Resolução 23, do CNMP: conceitos e prazos;
- A instauração e seus requisitos;
- A instrução (PARTE 1);
- A instrução (PARTE 2);
- O arquivamento;
- Minutando: portaria de instauração de ICP;
- (AO VIVO) - Caso prático: arquivando ICP por ato de improbidade administrativa.

MÓDULO 3 – O APARATO: OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS EXTRAJUDICIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BLOCO 01 – SOLICITAÇÃO, REQUISIÇÃO, INSPEÇÃO, NOTIFICAÇÃO E AUDIÊNCIA EXTRAJUDICIAL

- Conceitos, diferenças, espécies e finalidades práticas;
- Dicas práticas de uso de cada um dos instrumentos;
- Audiência extrajudicial: como usar esta poderosa ferramenta de solução de conflitos?;
- Caso prático: requisitando documentos e informações em uma investigação cível;
- Minutando: requisição e notificação administrativas;

BLOCO 02 – RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Estudo da Resolução 164, do CNMP: conceitos, prazos, espécies e finalidades;
- (AO VIVO) – Minutando uma recomendação administrativa;

BLOCO 03 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)

- Estudo da Resolução 179, do CNMP: requisitos para celebração do TAC (Arts. 1º a 8º);
- Estudo da Resolução 179, do CNMP: fiscalização do cumprimento do TAC (Arts. 9º a 14);
- Minutando um TAC;



BLOCO 04 – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL (ANPC)

- Prazos, etapas, fluxo prático e formalidades para celebração do ANPC extrajudicial;
- Estudo do artigo 17-B, da Lei 8.429/92: conceito, finalidade e espécies;
- Minutando o ANPC;
- (AO VIVO) – Caso prático: tratativas e celebração do ANPC em ICP que investiga acumulação ilícita de cargos;

BLOCO 05 – AUDIÊNCIA PÚBLICA

Estudo das Resoluções 82/2012 e 159/2017, do CNMP: conceito, finalidades, formalidades, espécies e aplicação prática do instrumento;
Como minutar ata de audiência pública?;

MASTERCLASS

Direitos da Mulher;
Prática em Investigação Criminal;
Gestão de Promotoria;
Técnicas de Negociação.

3. Quantidade de serviço a ser contratada:

3.1. Contratação de empresa especializada em serviços de educação, para oferta de Curso *Online*: “**Do zero ao Extra**”, para 2 (dois) servidores do GAECO, com emissão de Certificado de Participação *Online* (44h), conforme Proposta do Curso.

4. Estimativa preliminar do valor da contratação:

4.1. O valor total para a referida contratação será de R\$ 2.394,00 (dois mil, trezentos e noventa e quatro reais).

5. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços (Data estimada do cronograma):

5.1. O Curso *Online*: “**Do zero ao Extra**”, será realizado por escolha do demandante, conforme cronograma disponibilizado pelo fornecedor, com acesso pelo período de 1 (um) ano.

6. Prioridade da contratação almejada:

6.1. Para a referida contratação e, considerando a necessidade, destaca-se como prioridade **alta** a resolução e conclusão da demanda.



7. Indicação de vinculação ou dependência do objeto com outro DFD:

7.1. Para a referida demanda acostada aos autos, não há vinculação externa, tampouco, com outros elementos previamente cadastrados neste Órgão Ministerial.

8. Indicação dos responsáveis pela fiscalização:

Nome do Servidor: Alice Regina Rodrigues de Souza (titular), Matrícula: 58263;

Nome do Servidor: Patrícia da Silva Andrade (suplente), Matrícula: 5067.

Lotação: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

9. Observações:

9.1. Deverá ser cadastrado como **Documento de Oficialização da Demanda** no processo.

9.2. Todas as demandas deverão ser Aprovadas pelo Ordenador de Despesas da Unidade.

10. Recomendação:

10.1. Este documento fará parte do cadastro do processo em conjunto com o Termo de Referência.

9.2. Após a criação do processo com os referidos documentos, o mesmo será encaminhado para apreciação e posterior aprovação da Administração Superior.

11. Memória de Cálculo:

11.1. Conforme análise do documento juntado aos autos, consta de forma detalhada, todas as informações a serem traduzidas para que se alcance o resultado final.

12. Declaração:

Declaramos que todos os itens indicados nessa justificativa e requisição de compras:

() constam no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC). Informar o número do DFD preenchido no PGC: _____.

(X) **NÃO** constam no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) e deverão ser submetidos posteriormente ao Secretário-geral do MPAC no momento da execução.

Submetemos à apreciação da autoridade ordenadora da despesa para os fins de direito.

Declaramos, para os devidos fins, ter conhecimento referente a:

- Lei nº 14.133/2021, especialmente ao Art. 5º o que obriga a licitação a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de



funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). E ainda, em especial ao artigo 45 que trata da licitação de serviços.

Rio Branco - Acre, 05 de agosto de 2024.

Fabíola Asfury Rodrigues
Coordenação de Planejamento da Contratação

Danilo Scramin Alves
Coordenador do CEAf